

ENTRE HUMANOS E YÖKAIS: MARCADORES DE DIFERENÇA, MEMÓRIA E MARGINALIZAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – PARTE I

Maria Eduarda Mendes

Discente de História na Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Duque de Caxias, Rio de Janeiro – Brasil, dudaramosmendes@gmail.com.

RESUMO:

O presente artigo, dividido em duas partes complementares, analisa a construção da identidade a partir de uma perspectiva sociológica, compreendendo-a como um processo relacional e socialmente construído. Com base nas contribuições de Simone de Beauvoir e Judith Butler, discute-se como gênero, raça e classe atuam como marcadores sociais de diferença, organizando a vida social e estruturando desigualdades. O trabalho também dialoga com a obra *Inuyasha* para evidenciar, no plano simbólico, como a diferença pode produzir exclusão e não pertencimento. Por fim, articula-se essa discussão ao contexto da escravidão no Brasil, destacando seu papel na consolidação de hierarquias sociais que permanecem, sob novas formas, na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVES: Memória; Identidade; Colonização.

RESUMEN:

Este artículo, dividido en dos partes complementarias, analiza la construcción de la identidad desde una perspectiva sociológica, entendiéndola como un proceso relacional y socialmente construido. A partir de las contribuciones de Simone de Beauvoir y Judith Butler, se examina cómo el género, la raza y la clase actúan como marcadores sociales de diferencia, organizando la vida social y estructurando las desigualdades. El trabajo también se basa en la novela *Inuyasha* para destacar, a nivel simbólico, cómo la diferencia puede producir exclusión y no pertenencia. Finalmente, este análisis se articula en el contexto de la esclavitud en Brasil, resaltando su papel en la consolidación de jerarquías sociales que persisten, bajo nuevas formas, en la actualidad.

PALABRAS CLAVE: Memoria; Identidad; Colonización.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

ABSTRACT:

This article, divided into two complementary parts, analyzes the construction of identity from a sociological perspective, understanding it as a relational and socially constructed process. Based on the contributions of Simone de Beauvoir and Judith Butler, it discusses how gender, race, and class act as social markers of difference, organizing social life and structuring inequalities. The work also engages with the novel *Inuyasha* to highlight, on a symbolic level, how difference can produce exclusion and non-belonging. Finally, this discussion is articulated within the context of slavery in Brazil, highlighting its role in consolidating social hierarchies that persist, in new forms, in contemporary times.

KEYWORDS: Memory; Identity; Colonization.

A compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas exige uma análise aprofundada dos processos de construção da identidade e dos mecanismos que organizam as diferenças entre os indivíduos. Nesse sentido, a Sociologia oferece ferramentas fundamentais para compreender como características de gênero, raça, classe e sexualidade deixam de ser, apenas, atributos individuais e passam a atuar como elementos estruturantes das relações sociais.

Dessa forma, o presente artigo está estruturado em duas partes complementares e interdependentes. Nesta primeira, busca-se analisar o conceito de identidade a partir de uma perspectiva relacional e socialmente construída, articulando-o aos chamados marcadores sociais de diferença. Para isso, mobilizam-se as contribuições teóricas de Simone de Beauvoir e Judith Butler, além da análise de representações no campo simbólico, como a obra *Inuyasha*. Na segunda parte, serão aprofundadas as implicações históricas e sociais desses marcadores no contexto brasileiro.

Um primeiro aspecto a se destacar é o conceito de identidade na Sociologia, que pode ser compreendida como um conjunto de características que definem o indivíduo, sendo assim, construída tanto no âmbito pessoal quanto social. Diferentemente, de uma essência fixa e imutável, a identidade é relacional, ou seja, pode-se formar a partir das interações com o outro e das diferenças que estabelecemos em relação ao que nos cerca. Nesse sentido, ela envolve aspectos culturais, simbólicos e históricos, que contribuem para a construção do “eu” ao longo do tempo.

Nesse sentido, a identidade não pode ser compreendida como um atributo isolado ou puramente individual, mas como um fenômeno social profundamente enraizado nas relações de poder e nos contextos históricos. A construção do “eu” depende, necessariamente, da existência do “outro”, isto é, das diferenças que permitem ao sujeito reconhecer-se e ser reconhecido socialmente. Assim, a identidade é também um processo de classificação, no qual, os indivíduos são constantemente posicionados dentro de categorias que orientam expectativas, comportamentos e formas de pertencimento.

Além disso, a identidade está intrinsecamente ligada à noção de alteridade. É por meio da relação com aquilo que é percebido como diferente que os sujeitos constroem referências sobre si mesmos. Dessa forma, o “outro” não é, apenas, um elemento externo, mas constitutivo da própria identidade. Esse processo, no entanto, não ocorre de maneira neutra, sendo atravessado por relações de poder que determinam quais identidades são valorizadas e quais são marginalizadas.

A formação da identidade ocorre por meio de múltiplos fatores. Em um primeiro momento, destaca-se a influência da cultura e das tradições, transmitidas principalmente pela família e pelo meio em que o indivíduo está inserido. Além disso, as relações sociais desempenham papel fundamental, uma vez que a convivência com diferentes grupos, como escola, amigos e instituições, por exemplo, contribui para a construção de valores, comportamentos e formas de pensar.

No contexto contemporâneo, a globalização intensifica esse processo ao ampliar o contato com diferentes culturas, ideias e modos de vida. Esse fluxo constante de informações e experiências faz com que a identidade se torne cada vez mais dinâmica e plural. Assim, o indivíduo passa a incorporar diferentes referências culturais, construindo identidades múltiplas que podem variar conforme o contexto em que está inserido.

Dessa forma, a identidade não deve ser entendida como algo estável, mas sim, como um processo em constante transformação. As experiências vividas, as escolhas individuais e as influências sociais contribuem para sua contínua reconstrução. Em um mundo marcado pela diversidade e pela rapidez das mudanças, a identidade torna-se fluida, refletindo as complexas relações entre sujeito, sociedade e cultura.

Pode-se afirmar que os indivíduos são, em grande medida, frutos da sociedade e do tempo histórico em que vivem, uma vez que suas identidades são moldadas por normas,

valores e práticas socialmente construídas. Nesse sentido, a filósofa Simone de Beauvoir¹ apontava que o gênero não era determinado biologicamente, mas sim, algo produzido socialmente.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.²

A reflexão de Beauvoir permite compreender que a construção da identidade está diretamente associada a processos de hierarquização social. Ao afirmar que a mulher é constituída como “Outro”, a autora evidencia que determinadas identidades são definidas não por si mesmas, mas em relação a um padrão dominante — no caso, o masculino. Essa lógica de alteridade hierarquizada não se restringe ao gênero, podendo ser observada também em outras categorias, como raça e classe, nas quais determinados grupos são historicamente posicionados como inferiores ou desviantes.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que a identidade de gênero, especialmente, no que se refere à categoria “mulher”, é o resultado de processos históricos e culturais, e não de, apenas, uma essência natural. Essa discussão é posteriormente aprofundada no final do século XX pela Teoria Queer desenvolvida pela filósofa Judith Butler³, que seria uma corrente teórica que questionaria a invariabilidade das identidades e a naturalização das categorias de gênero e sexualidade. Nesse contexto, Butler destacaria que o gênero não constituiria uma identidade estável, mas sim, uma construção performativa produzida por práticas e discursos reiterados ao longo do tempo.

A noção de performatividade implica compreender que o gênero não é algo que o indivíduo “é”, mas sim algo que ele “faz”, por meio de práticas repetidas que, ao longo do

¹ É uma filósofa, escritora e teórica francesa, reconhecida por suas contribuições aos estudos existencialistas e feministas. Intelectual de grande destaque no século XX, dedicou-se à análise crítica das estruturas sociais e à construção histórica da condição feminina.

² Beauvoir, 1980. Página 8.

³ É uma filósofa e teórica estadunidense, reconhecida por suas contribuições aos estudos de gênero, à teoria queer e à filosofia contemporânea. Professora e pesquisadora, dedica-se à análise crítica das normas sociais que regulam identidade, corpo e sexualidade, com ênfase na forma como essas normas produzem e limitam possibilidades de existência.

tempo, produzem a aparência de uma identidade estável. Dessa forma, o que se entende como natural é, na realidade, resultado de repetições normativas que regulam os corpos e os comportamentos. Tal perspectiva permite questionar não apenas o gênero, mas também outras categorias identitárias frequentemente tratadas como fixas, evidenciando seu caráter construído e, portanto, passível de transformação.

Recentemente, essa concepção dominante da relação entre teoria feminista e política passou a ser questionada a partir do interior do discurso feminista. O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do "sujeito" como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres. Os domínios da "representação" política e linguística estabeleceram a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida.⁴

A partir da compreensão da identidade como uma construção social, segundo Beauvoir e Butler, é possível analisar aqueles chamados de marcadores sociais de diferença. Esses marcadores, como gênero, raça, classe e sexualidade, constituem categorias que organizam a vida social e atribuindo significados, papéis e expectativas distintas aos indivíduos. Assim, mais do que simples características, tais marcadores funcionam como instrumentos de classificação social que influenciam diretamente a construção das identidades.

A formação desses marcadores ocorre por meio do processo de socialização, no qual os indivíduos, desde a infância, aprendem normas, valores e comportamentos esperados para o grupo ao qual pertencem. Instituições como a família, a escola e a mídia desempenham papel central nesse processo, reforçando padrões de conduta e diferenciando expectativas entre, por exemplo, meninos e meninas. Dessa forma, os papéis sociais de gênero são internalizados e naturalizados, levando os indivíduos a reproduzirem comportamentos considerados adequados ao seu grupo social.

Além disso, os marcadores sociais de diferença estão diretamente associados à produção de estereótipos, que consistem em generalizações sobre comportamentos, características e capacidades de determinados grupos. Tais estereótipos, embora, sejam

⁴ Butler, 2018. Página 18.

frequentemente naturalizados, contribuem para a manutenção de desigualdades sociais, ao limitar as possibilidades de atuação dos indivíduos e reforçar hierarquias. Nesse contexto, observa-se que os marcadores não, apenas, diferenciam, mas também, classificam e hierarquizam os sujeitos, privilegiando determinados grupos em detrimento de outros.

No contexto brasileiro, esses marcadores assumem um papel particularmente relevante, uma vez que estão profundamente relacionados à formação histórica do país. A articulação entre raça e classe evidencia como determinados grupos foram sistematicamente excluídos de espaços de poder e acesso a direitos. Assim, os marcadores não apenas organizam a vida social, mas estruturam desigualdades que se perpetuam ao longo do tempo.

A partir desse quadro teórico, torna-se possível observar tais dinâmicas em *Inuyasha*, obra escrita e ilustrada por Rumiko Takahashi⁵ em 1996, que acompanha a jornada de Inuyasha, um hanyō, que seria um ser meio humano e meio yōkai, que são entidades sobrenaturais do folclore japonês, que são, frequentemente, associadas a demônios ou espíritos. E Kagome Higurashi, uma jovem humana de 17 anos oriunda do século XX, em busca dos fragmentos da Joia de Quatro Almas, um poderoso artefato que foi estilhaçado e espalhado pelo Japão feudal. Ao longo da narrativa, a dupla enfrenta diversos desafios e inimigos, enquanto suas identidades, origens e conflitos internos são constantemente tensionados.

A condição híbrida de Inuyasha o insere em uma posição de não pertencimento, uma vez que ele não é plenamente reconhecido por nenhum dos dois grupos aos quais deveria pertencer. Sua herança yōkai o torna alvo de rejeição constante entre os humanos, enquanto, sua parte humana é vista como sinal de fraqueza entre os próprios yōkai. Dessa forma, Inuyasha encontra-se permanentemente em risco, sem jamais alcançar uma inserção social plena. Sua existência híbrida o coloca em um lugar de marginalidade estrutural, no qual é constantemente percebido como um sujeito descartável.

Nesse contexto, sua trajetória é profundamente marcada por experiências traumáticas, como a rejeição vivida desde a infância e a perda de sua mãe, que constituía seu principal vínculo afetivo. Tais vivências não, apenas, reforçam seu sentimento de não pertencimento,

⁵ É uma artista e escritora japonesa, reconhecida por suas contribuições ao universo dos mangás, especialmente nos gêneros de comédia, fantasia e romance. Autora de grande destaque, dedicou-se à criação de narrativas que articulam elementos do cotidiano com o sobrenatural, explorando conflitos de identidade, pertencimento e relações interpessoais.

mas, como também moldam suas formas de ação e interação. Como resposta a esse cenário de exclusão, Inuyasha frequentemente busca afirmar sua presença por meio da força e da intimidação, construindo uma imagem de poder como mecanismo de defesa. Assim, a performance de força pode ser compreendida como uma estratégia de sobrevivência diante de um contexto que o coloca, reiteradamente, em situação de vulnerabilidade, no qual o medo que provoca nos outros se converte em uma forma de respeito e, conseqüentemente, em garantia de sua própria sobrevivência.

A trajetória de Inuyasha também permite compreender como os marcadores sociais de diferença operam na produção de hierarquias e exclusões, ainda que em um contexto ficcional. Sua condição de hanyō não é, apenas, uma característica individual, mas sim, um elemento que o posiciona socialmente em um lugar de inferiorização, evidenciando como determinadas identidades são historicamente desvalorizadas. Tal dinâmica aproxima-se das formas pelas quais, na sociedade brasileira, marcadores como raça e classe foram utilizados para legitimar a marginalização de determinados grupos. Assim como Inuyasha é constantemente reduzido à sua origem híbrida, indivíduos historicamente racializados e empobrecidos foram, e ainda são, definidos por categorias que limitam suas possibilidades de inserção social. Dessa forma, a narrativa evidencia que a exclusão não decorre, apenas, de diferenças em si, mas sim, dos significados sociais atribuídos que reforçam estruturas de desigualdade que ultrapassam o campo da ficção.

Ainda que representadas na ficção, essas dinâmicas de exclusão e hierarquização encontram correspondência direta na realidade histórica, especialmente, em sociedades marcadas por profundas desigualdades. Um exemplo disso é a trajetória dos povos negros. No qual, inicia-se na escravidão que se constituiu como um dos pilares fundamentais da economia e da organização social entre os séculos XVI e XIX no Brasil Colonial, estando diretamente ligada à exploração da mão de obra africana em atividades agrícolas, como a produção açucareira. Para além de sua dimensão econômica, esse sistema foi sustentado por um conjunto de justificativas ideológicas, religiosas e morais que buscavam legitimar a dominação e a inferiorização da população negra, apresentando a escravidão não, apenas, como violência, mas também, como uma prática natural, necessária e até desejável dentro da ordem colonial.

Uma das principais justificativas era a interpretação da chamada “Maldição de Cam⁶”, associada à figura bíblica de Noé. Segundo essa leitura, os africanos seriam descendentes de Cam, condenado à servidão, o que permitia à Igreja e às elites coloniais sustentar a ideia de que a escravidão correspondia ao cumprimento de uma vontade divina. Além disso, difundiu-se a noção de que a escravidão seria uma punição decorrente do pecado original, sendo, portanto, uma condição a ser suportada com obediência. Essa perspectiva buscava deslocar a responsabilidade do sistema escravista para uma ordem divina, ao mesmo tempo em que reforçava a submissão dos escravizados.

Outra justificativa imposta foi a ideia de salvação e conversão. A Igreja Católica defendia que a escravidão poderia representar um “mal necessário”, pois assim, possibilitaria que os africanos fossem introduzidos ao cristianismo. Dessa forma, a perda da liberdade era relativizada diante da promessa de salvação espiritual, reforçando a noção de que os europeus detinham uma suposta missão civilizadora. Embora essa ideia dialogue com o que mais tarde seria conhecido como o “fardo do homem branco”, conceito associado ao imperialismo do século XIX, sua lógica já se fazia presente no período colonial ao justificar a dominação sobre povos considerados inferiores.

O Brasil foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, sistema que se estendeu por mais de três séculos, desde o início da colonização portuguesa no século XVI até sua abolição oficial em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. No entanto, não houve a criação de mecanismos legais que garantissem condições dignas de vida para a população recém-liberta. Diferentemente dos senhores de engenho, que já estavam inseridos em uma estrutura de poder e posse, os ex-cativos não receberam qualquer tipo de amparo do Estado.

⁶ É, segundo a tradição bíblica, um dos filhos de Noé, ao lado de Sem e Jafé, sendo mencionado no livro do Gênesis como ancestral de diversos povos. De acordo com o relato, após o dilúvio, Noé teria se embriagado e ficado nu em sua tenda, momento em que Cam o viu nessa condição e contou aos irmãos. Em resposta, Sem e Jafé cobriram o pai sem olhar para ele.

Ao despertar, Noé pronunciou uma maldição não diretamente sobre Cam, mas sobre seu filho Canaã, afirmando que ele seria servo dos servos de seus irmãos. Esse episódio ficou conhecido como a chamada “maldição de Cam”, embora, no texto bíblico, a punição recaia especificamente sobre Canaã. Ao longo da história, essa narrativa foi reinterpretada em diferentes contextos, muitas vezes sendo utilizada para justificar hierarquias sociais e raciais, ainda que tais leituras não correspondam diretamente ao conteúdo original do texto bíblico.

Não foram implementadas políticas de inclusão social, acesso à terra, educação ou trabalho, o que os deixou em uma situação de extrema vulnerabilidade.

Além disso, poucos anos depois, foi instituído o Código Penal de 1890, que incluía a chamada Lei da Vadiagem, criminalizando indivíduos que não possuíam ocupação formal ou meios de subsistência. Na prática, essa legislação atingia principalmente os ex-cativos, que, sem acesso a trabalho, terra ou educação, eram constantemente perseguidos e punidos. Nesse contexto, muitos ex-cativos acabaram permanecendo nas propriedades de seus antigos senhores, trabalhando em troca de moradia e alimentação, o que evidencia a permanência de relações de dependência e exploração mesmo após o fim legal da escravidão.

Ao longo desta análise, foi possível compreender que a identidade não constitui uma essência fixa, mas sim, um processo dinâmico e relacional, construído a partir das interações sociais e dos contextos históricos. Nesse processo, os marcadores sociais de diferença, como gênero, raça e classe, desempenham papel central na organização da vida social, atribuindo significados, posições e expectativas distintas aos indivíduos.

Além disso, observou-se que tais marcadores não, apenas, diferenciam, mas também, classificam e hierarquizam os sujeitos, contribuindo para a produção e reprodução de desigualdades. Essa lógica se manifesta tanto no campo simbólico, como evidenciado na obra *Inuyasha*, quanto na realidade histórica, especialmente, no contexto da escravidão, que estruturou relações sociais baseadas na desumanização e na inferiorização de determinados grupos.

Dessa forma, torna-se evidente que os marcadores sociais de diferença não são naturais, mas sim, historicamente construídos e constantemente ressignificados. No caso brasileiro, a escravidão desempenhou papel fundamental na consolidação dessas hierarquias, estabelecendo um modelo de classificação social que ultrapassa o período colonial.

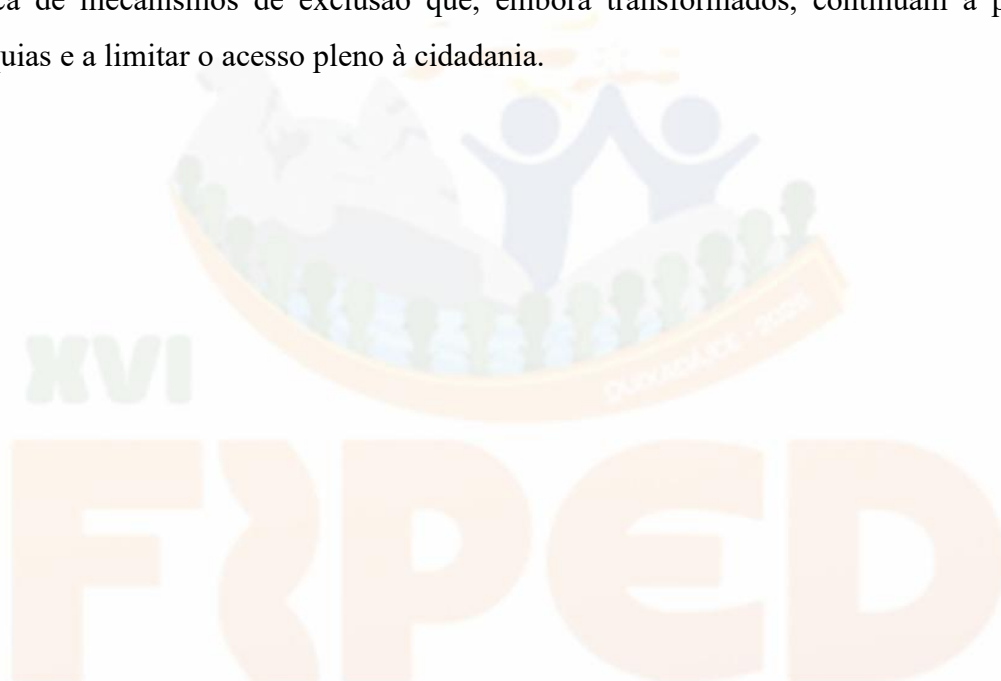
Entretanto, tais dinâmicas não se encerram com a abolição formal da escravidão. Ao contrário, elas se reconfiguram ao longo do tempo, manifestando-se em novas formas de exclusão e marginalização, especialmente no espaço urbano. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar como esses processos se desdobram no período pós-abolição, questão que será aprofundada na Parte II.

Em síntese, a identidade deve ser compreendida como um processo social dinâmico, construído a partir das relações, das diferenças e das estruturas de poder que atravessam a

sociedade. Nesse contexto, os marcadores sociais de diferença assumem papel central, não, apenas, na definição das identidades, mas também, na organização das desigualdades sociais.

A partir das contribuições de Simone de Beauvoir e Judith Butler, torna-se possível compreender que tais categorias não são naturais, mas sim, produtos históricos e sociais, constantemente reiterados por práticas e discursos. Dessa forma, analisar a identidade é também questionar as estruturas que legitimam a marginalização de determinados grupos.

Assim, a compreensão desses processos constitui um passo fundamental para a análise das desigualdades sociais no Brasil, especialmente, quando se considera a permanência histórica de mecanismos de exclusão que, embora transformados, continuam a produzir hierarquias e a limitar o acesso pleno à cidadania.



Bibliografia:

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

INUYASHA. Direção: Masashi Ikeda; Yasunao Aoki. Japão: Sunrise, 2000–2004.

TAKAHASHI, Rumiko. Inuyasha. Tóquio: Shogakukan, 1996.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Ensino Superior